

PEQUENAS CIDADES: REFLEXÕES SOBRE QUESTÕES SÓCIO-AMBIENTAIS

Nágela Aparecida de Melo
nagelamelo@hotmail.com

Beatriz Soares
brsoares@ufu.br

RESUMO

O presente artigo analisa elementos da condição sócio-ambiental de 69 cidades de pequeno porte demográfico do Estado de Goiás, localizadas na Mesorregião Sul Goiano. As análises foram elaboradas a partir de revisões bibliográficas e de dados estatísticos. Apresentam-se, neste texto, reflexões sobre cidade e meio ambiente, pequena cidade e, especificamente sobre a urbanização em Goiás e as características das pequenas cidades da Mesorregião Sul Goiano em relação aos equipamentos urbanos e infra-estrutura, indicadores sociais e condições de habitação.

Palavras-chave: Urbanização. Pequena cidade. Condições sócio-ambientais.

SMALL CITIES: REFLECTIONS ABOUT SOCIO-ENVIRONMENTAL ISSUES

ABSTRACT

This paper analyses elements of socio-environmental condition of 69 cities with small demographic size placed at south of Goiás state. The analysis based on bibliographic revision and statistical data. This text presents reflections about city and environment, small city and, particularly about urbanization in Goiás and the features of small cities of Goiás South in respect to urban equipments and infrastructure, social indicators and habitation conditions.

Keywords: Urbanization. Small City, Socio-environmental conditions

INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta reflexões sobre o tema, pequena cidade, com enfoque para os “problemas ambientais urbanos”. Procura-se, ao longo do texto, destacar a questão do meio ambiente urbano nas cidades de pequeno porte, tendo em vista que os problemas ambientais urbanos são antes de tudo, questões que estão na gênese da sociedade capitalista e, portanto, não se limitam aos grandes centros, apesar de aí se expressarem com maior intensidade dada as suas próprias proporções e diversidades. O objetivo do trabalho é, portanto, tecer análises sobre as condições sócio-ambientais das pequenas cidades localizadas na Mesorregião Sul Goiano do estado de Goiás.

O trabalho foi elaborado a partir de revisões bibliográficas, coleta, sistematização e análises de dados estatísticos fornecidos por órgãos oficiais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério das Cidades e outros. Utilizaram-se dados referentes à qualidade de vida, como a oferta de equipamentos urbanos e infra-estrutura e condições de habitação.

A área de estudo é composta por municípios do estado de Goiás, localizados na Mesorregião Sul Goiano e, que, no censo demográfico realizado pelo IBGE no ano de 2000, apresentaram população urbana com até 20 mil habitantes. Ressalta-se que, a adoção do recorte territorial municipal fez-se necessário, pois, em geral, os dados estatísticos publicados têm como referência espacial, o município. Portanto, a escolha da referida escala espacial facilita a obtenção de dados e o estabelecimento de comparações, constituindo-se em fator de ordem prática. Outro elemento que corroborou com a referida escolha é que as pequenas cidades têm expressivas relações com o campo, estas não podem ser explicadas sem considerar o seu entorno.

A seguir apresentam-se análises propostas.

Recebido em 21/09/2009
Aprovado para publicação em 11/06/2010

Cidade e meio ambiente

A cidade, enquanto o fato concreto do processo de urbanização, surgiu na história da sociedade no contexto da divisão dos homens em classes sociais e do desenvolvimento de relações de dominação entre estes². Conforme Singer (1990), a origem da cidade se confunde, portanto, com a origem da sociedade de classes, a qual, no entanto, a precede historicamente. "A constituição da cidade é, ao mesmo tempo, uma inovação na técnica de dominação e na organização da produção" (SINGER, 1990, p. 15).

Ao longo da história, a urbanização, enquanto processo que envolve fatores econômicos, políticos, sociais e culturais assumiu ritmos diferenciados e a cidade, funções e características diversas que expressam as faces da própria sociedade no tempo. A sociedade capitalista que se fundamenta em base urbana para a realização das suas atividades motrizes, (re)criou a cidade, cujo acesso a esta e aos equipamentos urbanos se dá mediante o pagamento, em valor monetário, da renda da terra urbana.

Desse modo, o espaço urbano tem, ao mesmo tempo, valor de uso e troca e o seu uso pelas pessoas é condicionado pela participação dos indivíduos na divisão do trabalho. Isso resulta, conforme afirmou Singer (1982, p. 33), no fato de que,

na cidade capitalista não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. Mas o funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda a todos. Antes, pelo contrário, este funcionamento tende a manter uma parte da força de trabalho em reserva, o que significa que uma parte correspondente da população não tem meios para pagar pelo direito de ocupar um pedaço do solo urbano.

A partir dessas reflexões iniciais é possível afirmar a inseparabilidade entre questões sociais e meio (ambiente). De acordo com Bitoun (19[...], p. 1),

na unidade do espaço geográfico, reconhece-se a inseparabilidade do meio e da sociedade e, portanto, examinar conflitos que ocorrem nas formas de relação entre eles consiste em identificar contradições próprias de um tempo histórico e que se materializam em lugares da Terra.

Portanto, ao pensar sobre os problemas ambientais urbanos não pode passar despercebida a própria lógica de produção e apropriação do espaço das cidades. Nesse sentido, a apropriação privada do solo urbano, as ações dos agentes produtores e consumidores do espaço urbano, com destaque para o papel do Estado, o contexto do processo de urbanização e expansão das cidades, entre outros, e a questão ambiental, não se desvinculam.

Conforme destacou Coelho (2001), os problemas ambientais (ecológicos e sociais) não atingem igualmente todo o espaço urbano, por exemplo, a suscetibilidade dos solos à erosão vai além das características físicas, correlaciona-se também com as relações sociais de propriedade e com o acesso das diferentes classes sociais às técnicas de conservação do solo. No caso brasileiro, conforme explica Bitoun (19 [...], p. 2),

desde os tempos coloniais e com a explosão urbana da segunda metade do século XX, de modo mais veloz e maciço, reproduz-se a cada geração uma apropriação do solo que configura um "círculo vicioso", fundamentado numa escassez socialmente criada a partir da apropriação jurídica (das sesmarias ao Código Civil) e do funcionamento do mercado de terras. A apropriação dos melhores terrenos por parte de setores sociais mais poderosos e o preço da terra, tornado inacessível pelos mecanismos formalizados do mercado, levam os setores menos poderosos e mais pobres a ocupar ambientes físicos que, para serem corretamente construídos, exigem custos maiores de engenharia e saberes mais complexos. As famílias construtoras, em situação de pobreza e com pouco acesso à informação, não podem lançar mão de soluções, de engenharia, adequadas à edificação em sítios físicos tais como as planícies de inundação e as vertentes íngremes, tanto pelos custos quanto pela visão sistêmica que exigem.

² Sobre origem da cidade, ver: MUMFORD, 1991; SINGER, 1990; SPOSITO, 1989.

Como resultados, freqüentemente, lêem-se e ouvem-se, notícias de inundações, desabamentos, propagação de doenças, pessoas desabrigadas, poluição de mananciais, entre outras. Problemas esses que atingem as cidades brasileiras de diferentes portes.

Destaca-se, como exemplo, os casos verificados nas cidades de Jataí, localizada no sudoeste goiano e Perdões, no sul de Minas Gerais. Na primeira cidade observa-se a partir do trabalho de Scopel et al (2002) a ocorrência de alagamentos nos períodos chuvosos. Segundo o referido autor,

verificou-se, em três décadas, o aumento de 40% da área urbanizada na área da microbacia do córrego do Açude, em Jataí. A parte velha da cidade, situada na parte baixa da microbacia, já começa ser alagada por ocasião de chuvas torrenciais que ocorrem na estação chuvosa, devido à impermeabilização dos terrenos da microbacia, ocupados com construções, **na sua maioria por pessoas de baixa renda** (SCOPEL et al, 2002, p. 43). (Grifo nosso).

A cidade de Perdões (MG), conforme estudo realizado por Nascimento (2004) apresenta problemas em relação ao lixo urbano, arborização e drenagem urbana. De acordo com Nascimento (2004, p. 53),

o lixo em Perdões é recolhido diariamente e depositado em um terreno a céu aberto, lixão, sem nenhum tratamento nem distinção, o que significa que tipos de resíduos perigosos, de postos de saúde e hospital, são depositados no local juntamente com os demais resíduos, agravando ainda mais o problema do lixo na cidade, na medida que muitas famílias complementam sua renda, ou até mesmo tiram seu sustento, com “mercadorias” tiradas do lixão. Essas pessoas ficam expostas à contaminação e problemas de saúde.

O fato relatado por Nascimento (2004), sobre o lixo em Perdões é uma situação comum nas cidades brasileiras, cujas conseqüências sócio-ambientais são muito sérias. Expressam-se na poluição do solo, do ar, de mananciais, cursos d'água, lençol freático e entre outros, na disseminação de doenças, principalmente, entre os grupos sociais mais pobres que moram em áreas próximas e ou sobrevivem do “lixão”. Estes aspectos acarretam ônus para o Estado que, com o agravamento das condições ambientais e de saúde humana é chamado a investir em programas curativos de despoluição, atendimento hospitalar e distribuição de medicamentos, entre outros.

Em relação à arborização na cidade de Perdões (MG), Nascimento (2004) constatou como sendo insuficiente. De acordo com Nascimento (2004, p. 65), “em aproximadamente 46% das “testadas” de quarteirões da cidade não há sequer uma árvore plantada, sendo que aproximadamente 21% possuem de 0 a 6 árvores e somente 0,6% possuem mais de 18 árvores”.

A arborização das cidades, de acordo com Guzzo (2002), Santos e Teixeira (2001), desempenha diversas e importantes funções como: melhora a qualidade do ar, da água e do solo; proporciona temperaturas mais amenas; contribui para a diversificação da fauna; evita erosão diminuindo o impacto da água da chuva na superfície do solo e fixando a terra através das raízes; contribui com o balanço hídrico favorecendo a infiltração da água no solo e provocando a evapotranspiração mais lenta; desempenha função social por possibilitar áreas mais agradáveis para o lazer; função estética; e pode desempenhar ainda função educativa e psicológica com a possibilidade de desenvolvimento de atividades educativas e relacionadas à prática do lazer em áreas verdes.

Quanto ao desdobraimento da poluição e assoreamento de rios, Nascimento (2004, p. 78), a partir do caso de Perdões (MG), afirmou que esta é também uma situação constatada nas pequenas cidades.

Perdões (MG) vem enfrentando problemas relativos a escassez de água. As minas e córregos que abastecem a cidade já não suprem a demanda e a Prefeitura está estendendo que captar água do Rio Grande, que, apesar de passar dentro do município, nunca havia sido utilizado para este fim (NASCIMENTO, 2004, p. 78).

Enfim, se realizar um levantamento um pouco mais aprofundado, não será difícil listar um número expressivo de casos de problemas ambientais em cidades de pequeno e médio porte no Brasil.

De acordo com Bitoun (19 [...], p. 2),

a naturalização dessa contradição permitiu que se constituísse um senso comum quanto aos embates das questões social e ambiental: as famílias pobres seriam os próprios artesãos da degradação da natureza quando, de modo recorrente vêm construindo a cidade como podem, ocupando terrenos que, pela racionalidade técnica, deveriam ser mantidos em estado natural. A manutenção no léxico de palavras como "morros" e "alagados" para designar os espaços urbanos do habitat das famílias pobres é reveladora de um consenso, mantido pela sociedade local, para segregar a problemática da relação entre a urbanização e a natureza do modelo de desenvolvimento urbano, delimitando "espaços problemas" e "áreas de risco" decorrentes de um abstrato "crescimento desordenado". Desabamentos e alagamentos afetam concreto, direto e exclusivamente moradores dessas áreas, onde a natureza estaria se vingando e onde obras sazonais de engenharia e iniciativas de defesa civil geram retornos políticos.

Esse tipo de compreensão nega, portanto, o espaço urbano como um espaço construído ao longo do tempo, cuja produção é resultado em sua maioria das ações do mercado imobiliário que considera a terra urbana como fonte de renda, formando uma mercadoria que se valoriza mediante as suas próprias qualidades locacionais (amenidades) e à alocação de serviços e equipamentos de infra-estrutura. De acordo com Singer (1982, p. 36),

sendo o montante de serviços urbanos escasso em relação às necessidades da população, o mercado os leiloa mediante a valorização diferencial do uso do solo, de modo que mesmo serviços fornecidos gratuitamente pelo Estado aos moradores – como ruas asfaltadas, galerias pluviais, iluminação pública, coleta de lixo, etc. – acabam sendo usufruídos apenas por aqueles que podem pagar o seu “preço” incluindo a renda do solo que dá acesso a eles.

Por outro lado, como a moradia é condição indispensável à vida humana, as pessoas que, não têm renda para pagar pelo uso da terra urbana, ocupam áreas de menor valor no mercado ou os “lugares em que por alguma razão os direitos de propriedade privada não vigoram” (SINGER, 1982, p. 33).

Conforme afirma Bitoun (2000),

é fato natural que a qualidade das edificações e das redes de infra-estruturas seja regulada pelo mercado e que o urbanismo para pobres seja um urbanismo da necessidade. As intervenções em conta-gotas no habitat das periferias urbanas dão-se em nome da necessidade ou da redução dos riscos e muito pouco em nome do incremento da qualidade. Há, conquanto durar essa postura do urbanismo, um contexto que se mantém favorável a uma cidadania limitada e apartada (a cidade formal, onde se discute a qualidade, e a cidade informal, reduzida às urgências quando qualquer coisa serve e que se dispensa o controle), investida por práticas clientelísticas na alocação de recursos.

Para Maricato (2000),

a democratização do investimento público na cidade é mola central da valorização fundiária e imobiliária, influenciando, portanto, no mercado e na dimensão da exclusão urbanística. A natureza e a localização dos investimentos, governamentais em primeiro plano e privados em segundo, regula quem e quantos terão o direito à cidade. Ela influi ainda nas características da segregação territorial e na qualidade de vida de cada bairro.

Os problemas ambientais das cidades, portanto, são de natureza social, política, econômica e ecológica. Esses se expressam como uma das faces da sociedade que se fundamenta no “desenvolvimento desigual e combinado”, cujas soluções efetivas podem ir contra a própria lógica de desenvolvimento adotada.

Pensando nas questões sócio-ambientais urbanas que afetam as cidades de diversos portes demográficos e econômicos e, ainda, baseado na idéia de indissociabilidade da entre o social, o político, o econômico e o meio ambiente, propõe-se revisar o tema pequena cidade tendo em vista preocupações conceituais em relação a esta escala de análise espacial.

Pequenas cidades: uma releitura

As pequenas cidades brasileiras e as redes formadas por estas, bem como os seus espaços intra-urbanos constituem-se em importantes elementos para a investigação científica contemporânea tanto pela carência de estudos como pelos conteúdos social, político,

econômico e histórico, que estas comportam. Mesmo com o aumento dos núcleos com mais de 20 mil habitantes e com o considerável crescimento da participação desse grupo no conjunto da população brasileira³ é preciso considerar o que representa no contexto do país as cidades com até 20 mil habitantes. Em 1996 esse grupo de cidades detinha 11,8% da população brasileira (CAMARANO; BELTRÃO, 2000, p. 14). No ano de 2000, este percentual foi igual a 19,48 % (IBGE, 2003).

Motta, Muelle e Torres (1997, p. 18) ao analisarem a dinâmica populacional brasileira no período entre 1980-91 evidenciaram que houve uma pequena desaceleração no crescimento da população residente em cidades com menos de 50 mil, “passando de uma taxa de crescimento médio anual de 2,84% na década de 1970, para 2,54% entre 1980 e 1991”. Entretanto, conforme destacaram Motta, Muelle e Torres (1997, p. 18), “houve um incremento de cerca de 8,1 milhões de habitantes – quase igual ao incremento demográfico do conjunto das regiões metropolitanas”.

Os estudos da geografia urbana brasileira, de modo geral, se dedicaram a compreensão das grandes cidades, sobretudo, das metrópoles, tendo em vista a organização interna desses espaços, os processos espaciais, as relações inter-urbanas, o papel do Estado, os movimentos sociais urbanos, entre outros. Entretanto, só recentemente, a pequenas cidades têm sido pauta de reflexões em eventos científicos, trabalhos de dissertação e teses de geografia. As dificuldades apresentadas à análise dessa temática são muitas, passa pela diversidade da realidade sócio-espacial brasileira e das próprias pequenas cidades, bem como pela carência de parâmetros de definição e metodológicos.

Corrêa (2004, p. 75), tratando sobre a diversidade das pequenas cidades no conjunto da rede urbana brasileira pós 1980, afirmou que “as pequenas cidades nasceram ou rapidamente se tornaram lugares centrais de pequenas hinterlândias agropastoris. Localizam-se por toda parte e suas hinterlândias são diferenciadas em termos demográficos, produtivos e de renda”.

Para Corrêa (2004, p.75), as mudanças processadas no campo, a partir da segunda metade do século XX, com a inserção da modernização econômica e produtiva, produziu alterações no padrão desses núcleos, “criando pelo menos quatro caminhos ao longo dos quais evoluíram”, sendo:

- i. Prósperos lugares centrais em áreas agrícolas nas quais a modernização não afetou radicalmente a estrutura fundiária e o quadro demográfico. Esses centros distribuem produtos para as atividades agrícolas e para a população, que tem nível de demanda relativamente elevado. A prestação de serviços é também importante. Podem, em muitos casos, realizar o beneficiamento da produção agrícola. O oeste catarinense fornece bons exemplos desses lugares centrais.
- ii. Pequenos centros especializados. A modernização do campo esvaziou a hinterlândia desses centros, mas capitais locais ou de fora foram investidos em atividades industriais, via de regra uma ou duas, que garantem a permanência da pequena cidade que, em alguns casos, pode mesmo crescer econômica e demograficamente. O oeste paulista e o norte paranaense apresentam inúmeras cidades que se enquadram nesse tipo.
- iii. Pequenos centros transformados em reservatórios de força de trabalho ou que assim nasceram. No primeiro subtipo o esvaziamento do campo gerou a perda de inúmeras funções centrais, resultou em centros habitados por assalariados rurais com emprego temporário. O oeste paulista é rico de exemplos desse subtipo. O segundo subtipo, que ocorre, por exemplo, na Amazônia oriental, resulta de um processo de concentração da força de trabalho, os “peões”, que é assim confinada em pequenos e pobres lugares.
- iv. Pequenos centros em áreas econômica e demograficamente esvaziadas por um processo migratório que desequilibra ainda mais uma estrutura etária, afetando ainda a proporção dos sexos. A renda da cidade é em grande parte procedente de emigrantes que mensalmente enviam escassas sobras de recursos aos familiares que permanecem, ou procedente de aposentadorias de trabalhadores agrícolas. A pobreza desses centros, freqüentes no Nordeste, contrasta com a prosperidade dos centros do primeiro tipo (CORRÊA, 2004, p. 75-76).

³ É a partir dos anos de 1950 que se nota mais francamente uma tendência à aglomeração da população e da urbanização. Os núcleos com mais de 20.000 habitantes vêm crescer sua participação no conjunto da população brasileira, passando de pouco menos de 15% do total em 1940 para quase o dobro (28,43%) em 1960 para constituir mais da metade (51%) da população em 1980 (SANTOS, 1993, p. 69).

Além desses quatro tipos, vários outros são esperados em função das especificidades dos processos espaciais e dada à dimensão e complexidade do território brasileiro. Os critérios definidores de cidade, de população rural e urbana são outros fatores que, de certa forma, dificultam os estudos e o estabelecimento de parâmetros para a análise das pequenas cidades brasileiras.

No Brasil, devido à adoção do critério político-administrativo para a definição de cidade, a cada novo município criado, origina-se, juntamente, uma nova cidade. Daí provem uma série de questionamento em torno da quantidade de cidades e se são ou não, urbanas.

A definição de população urbana e rural é dada por critério censitário, sendo considerado na situação de urbana “as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas” (IBGE, 1996). Na situação de rural considera-se “a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos” (IBGE, 1996).

A definição de cidade, população urbana e rural varia entre os países em função da adoção de critérios diferenciados. Na Espanha, por exemplo, é considerado como cidade os núcleos de municípios com população maior que 10 mil habitantes (LEDO, 1990).

Faria (1983), ao avaliar o grau de urbanização brasileira, no período de 1950 a 1980, utilizou três definições diferentes de população urbana, sendo: 1º) critério censitário, ou seja, conforme definição adotada pelo IBGE; 2º) o critério de mais de 20 mil habitantes vivendo em áreas urbanas do município, considerando, portanto, as populações residentes nas vilas (sedes dos distritos); 3º) o critério de mais de 20 mil habitantes na sede urbana do município.

Conforme Faria (1983, p. 131),

cabe registrar que a adoção de um ou outro dos dois últimos critérios não conduz a grandes diferenças. Contudo, encontramos diferenças marcantes se usamos um deles ou o primeiro critério. Assim, a taxa de urbanização do país em 1980 pode variar entre 67,7% e 45,10% e a razão urbano/rural entre 2,10 e 1,41 em função do critério adotado. Tais diferenças não afetam apenas o orgulho nacional; podem ter implicações para a hierarquização, quando esquemática, dos problemas nacionais e afetar diferencialmente o conteúdo mais geral das políticas governamentais.

Martine (1994), no seu estudo sobre “a redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 1980”, considerou que,

utilizando a definição oficial de urbano [...], chega-se sem dúvida, à constatação de que o nível de urbanização do Brasil já atinge patamares muito elevado, em comparação com o nível relativo de desenvolvimento econômico e social do país. Entretanto, esta definição oficial é baseada em um conceito político-administrativo que abrange uma gama muito variada de localidades e situações, incluindo povoados de característica bastante “rurais” (MARTINE, 1994, p. 25).

Diante dessas ponderações, Martine (1994) utilizou uma definição de urbano baseada no tamanho demográfico, para tanto, considerou apenas os núcleos com pelo menos 20 mil habitantes, como cidades. Na classificação como rural ficou incluída toda a população restante.

Martine (1994), ao examinar a dinâmica demográfica desses dois conjuntos espaciais, diagnosticou que no período entre 1980 e 1991 houve “uma redução significativa no ritmo de crescimento urbano [...], em comparação com as décadas anteriores” (MARTINE, 1994, p. 25). De outro lado, verificou “que a população rural (aqui deve ser reiterado, referimo-nos a toda população que reside no campo ou em localidades e adensamentos populacionais com menos de 20 mil habitantes) teve um crescimento que embora lento, foi mais acelerado do que na década anterior passando de 56,70 para 60,8 milhões de pessoas” (MARTINE, 1994, p. 25).

Ao contrastar esses dados com outros da população rural considerada conforme critério censitário e ao separar o conjunto classificado como rural em “povoado” (localidades denominadas de urbanas no censo demográfico, com menos de 20 mil habitantes) e “campo” (restante da categoria com menos de 20 mil habitantes), Martine (1994, p. 29), constatou que o “campo” não cresceu no período de 1980-1991.

O “campo” só teve saldo positivo na região nordeste. O crescimento populacional ocorreu, portanto, nos “povoados”, ou seja, nos municípios com população urbana inferior a 20 mil, com uma taxa média de 2,72, porém com variações regionais que foram de 0,77% para a região nordeste a 4,12% para o Centro-Oeste.

Anteriormente aos estudos mencionados, Alegre (1970, p. 159-160) advertiu para o fato de ser

evidente que não se pode usar sem perigo de graves êrros uma definição baseada apenas num critério numérico. Como já apontamos anteriormente, a cidade moderna compreende atividades as mais diversas e cada qual corresponde a certas funções e necessidades, refletindo formas de organização econômica e social, que um simples número não poderá definir. [...]. É possível encontrar-se aglomerações com bom equipamento urbano e atividades caracteristicamente urbanas da maioria dos moradores, sem, todavia, possuir 10.000 habitantes. E o inverso também é verdadeiro

Alegre (1970, p. 160) complementa essas afirmações explicando que,

além disso, a própria localização do núcleo altera sua definição. Alguns núcleos com 3 ou 4.000 habitantes, localizados nas imediações de Presidente Prudente não têm grande importância sendo apenas peças secundárias no conjunto. Mas nas vastas porções quase despovoadas do Centro-Oeste ou do Norte, centros menores são extremamente importantes para a região.

Santos (1979) abriu uma discussão sobre as pequenas cidades nos países subdesenvolvidos usando a denominação de “cidades locais”. Santos (1979) explicou a opção pelo uso do termo “cidades locais” pelo fato de que,

quando se fala em cidades pequenas, a noção de volume da população vem logo à mente. Aceitar um número mínimo, como o fizeram diversos países e também as Nações Unidas, para caracterizar diferentes tipos de cidades no mundo inteiro, é incorrer no perigo de uma generalização perigosa. O fenômeno urbano, abordado de um ponto de vista funcional, é antes um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos próprios a cada civilização e admite expressão quantitativa, sendo isto outro problema (SANTOS, 1979, p. 69-70).

As cidades locais, de acordo com as proposições de Santos (1979, p. 70), são cidades que “dispõem de uma atividade polarizante e, dadas às funções que elas exercem em primeiro nível, poderíamos quase falar de cidades de subsistência”. Conforme explicações de Santos (1979, p. 70), as cidades locais devem apresentar um “limite inferior” de complexidade das atividades urbanas capazes de garantir, “ao mesmo tempo um crescimento auto-sustentado e um domínio territorial”. Assim, abaixo desse “limite inferior”, não se pode mais falar em cidade, ou conforme Santos (1979, p. 70), “na existência de uma verdadeira cidade”.

Santos (1979, p. 71), dando continuidade a essa abordagem, afirmou que,

quando o nível [de complexidade das atividades urbanas] se situa abaixo dessa cota, não se pode propriamente falar de dissociação geográfica da produção. [...]. Em outras palavras as atividades não agrícolas presentes na aglomeração dependem estreitamente das atividades agrícolas do ambiente e desaparecem sem elas.

Portanto, a cidade local, segundo as análises de Santos (1979, p. 71), “é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da *atividade* primária para servir às necessidades inadiáveis da *população* com verdadeira ‘especialização do espaço’”. (Grifos do autor).

Santos (1979, p. 71) complementa a definição de cidade local afirmando que:

Poderíamos definir a cidade local como a aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações.

A atividade de troca, pura e simples, não dá lugar à criação de uma cidade.

Para que exista uma cidade deve haver necessidades que exijam ser satisfeitas regularmente – necessidades quase sempre impostas de fora da comunidade – mas é necessário, por outro lado, que exista criação de atividades regulares especialmente destinadas a responder a essas necessidades.

Apesar das considerações elaboradas pelos autores aqui apresentados, para um conhecimento mais amplo das pequenas cidades brasileiras faz-se necessário, o desenvolvimento de estudos que visem principalmente a formação de pressupostos teóricos e metodológicos.

Acredita-se que a tomada de conhecimento sobre a realidade sócio-espacial das pequenas cidades brasileiras pode se constituir em um fator importante para a ampliação das condições teóricas e empíricas fundamentais ao entendimento do espaço brasileiro e neste caso a análise da dimensão ambiental não é diferente.

Em síntese, a pequenas cidades no Brasil, entendidas enquanto espacialidades que compõem a totalidade do espaço brasileiro, na condição de partes integrantes e interagentes, são marcadas pela diversidade. Tal característica pode ser entendida a partir do contexto regional onde estão inseridas, pelos processos promotores de sua gênese bem como no conjunto de sua formação espacial.

Na continuidade do texto, procurar-se-á apresentar os aspectos principais do processo de urbanização em Goiás e da formação de cidades de pequeno porte.

Processo de urbanização em Goiás e a formação de núcleos urbanos de pequeno porte

O povoamento de Goiás, bem como, a formação de núcleos urbanos e o desenvolvimento do processo de urbanização estão diretamente relacionados à dinâmica sócio-econômica e política do Brasil. Conforme Lima (2003, p. 25),

as cidades brasileiras em geral e, as goianas em particular, têm suas origens nos chamados ciclos econômicos que ocorreram concomitantemente ou às vezes, em períodos diferentes, tendo, portanto, as origens determinadas pela expansão econômica e territorial do sistema capitalista.

Nesse sentido, Gomes e Teixeira Neto (1993) e Lima (2003) destacam a formação de núcleos urbanos em Goiás a partir das seguintes atividades: “ciclo do ouro” (século XVIII); garimpo de pedras preciosas; implantação de “patrimônios” e pontos de comércio; surgimento de pouso de tropas e boiadas, postos fiscais, presídios; expansão da agropecuária tradicional; e com implantação de ferrovias e rodovias e outras infra-estrutura como hidrelétricas (século XX) e ainda com as cidades que surgiram no século XX ligadas à expansão da modernização agrícola, como por exemplo, Chapadão do Céu (1993), entre outras.

O processo de urbanização, em Goiás, teve início, sobretudo, no século XVIII com o descobrimento de ouro na capitania. Esse contexto foi marcado pela interiorização da urbanização no território brasileiro, que até por volta do final do século XVII se fazia quase que exclusivamente na orla litorânea, o que expressa o papel que a economia colonial exercia no processo de ocupação do espaço brasileiro.

A atividade de mineração, diferentemente da produção açucareira, desenvolveu-se dando prioridade ao assentamento urbano, assim, de acordo com Palacin e Moraes (1994, p. 21), “onde as lavras se consolidavam, surgia uma cidade. [...]. O campo não passava de um apêndice”.

O padrão de povoamento do século XVIII apoiava-se nas cidades como forma capaz de facilitar o controle das terras, do ouro e das pessoas que migravam para o interior da Colônia, a maioria em busca do enriquecimento rápido.

Unicamente por meio da fundação de vilas e do estabelecimento nelas da administração governamental, esses homens que perambulam sem destino através desses campos auríferos podem ser controlados, sendo inconveniente deixá-los vaguearem sem vigilância, por causa das desordens que podem cometer (DELSON, 1979 apud UNES, 1998, p. 115).

Deste contexto, resultou a criação de vários núcleos urbanos ainda nos primeiros anos do século XVIII, tais como:

em 1726, Arraial da Barra; 1727, Arraial de Nossa Senhora de Sant’Ana (Cidade de Goiás), Arraial de Meia Ponte (Pirenópolis); 1729, Anta, Dias da Cruz, Ouro Fino, Santa Rita, Flores, Crixá, São José, Água Quente, Traíra, Cocal, Natividade, Maranhão, Jaraguá, Santa Luzia, Pilar, São José do Tocantins, Cachoeira e Amaro Leite (MELO, 2003, p. 13).

O final do século XVIII, ao contrário do seu início, foi marcado pela redução da produção aurífera, e houve como consequência do esgotamento dos veios de ouro, esvaziamento de muitos núcleos urbanos que se formaram ligados à atividade da mineração. Cidades mais consolidadas e que desempenham funções administrativas e comerciais, se mantiveram. Porém, num aspecto geral, de acordo com Palacin e Moraes (1994), Estevam (1998), Chaul (2002) e outros, esse período foi marcado por um processo de “ruralização demográfica”, pela atividade agropecuária de subsistência (ou abastância) e núcleos urbanos escassos. Essa condição sócio-econômica marcou não somente Goiás, mas todo o oeste brasileiro, ao longo do século XIX, estendendo-se até os primeiros anos do século XX (MELO, 2003).

A formação de “fazendas”⁴ e a economia pecuarista tradicional passam a ser os principais pilares da ocupação de Goiás ao longo do século XIX.

Apesar do caráter de “ruralização demográfica”, houve em Goiás, no século XIX, constituição de núcleos urbanos, sobretudo, daqueles formados a partir da fundação de Patrimônios que evoluíram, em muitos casos, de Freguesia, Capela, Paróquia, Povoado à Vila e até se constituírem em sede municipal (cidade).

Essa forma de urbanização e produção do urbano marca, conforme Godoy e Bray (2003, 188), “a união entre o Estado e Igreja que desempenhou papel fundamental na fundação e na elaboração de políticas de expansão urbana”. Conforme Godoy e Bray (2003, p.188), “o espaço urbano passou a representar não só o poder do Estado como o da Igreja católica”.

Esses núcleos desenvolviam funções religiosas, culturais, comerciais e algumas funções administrativas, estas últimas, os elevavam na hierarquia, rumo a constituição de sedes municipais. Eram locais dos encontros, das festividades, das trocas comerciais e também da coerção e repressão (presença da Igreja e representantes do Estado).

Podemos citar como exemplo cidades no sul do estado como Catalão (1833), Rio Verde (1854) e Jataí (1882) que tiveram origem nesse contexto histórico e político-econômico.

No início do século XX, a urbanização em Goiás expandiu-se com surgimento de novos centros urbanos ligados a implantação da Ferrovia de Goiás, de algumas rodovias e ainda pela intervenção planejada do Estado com a construção das novas capitais, Goiânia (1935), capital estadual e Brasília (1960), capital federal.

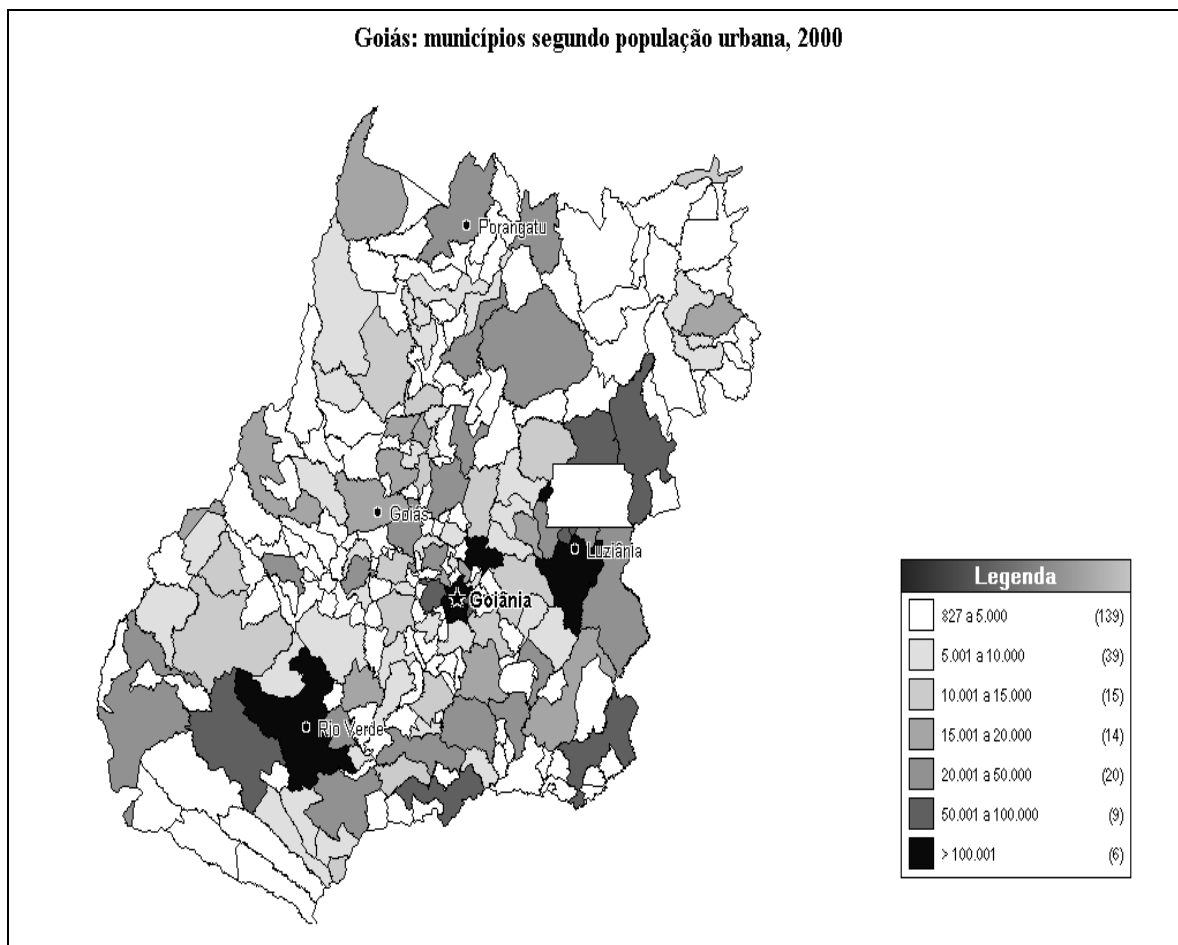
A partir de 1970, com inserção do estado de Goiás no projeto de modernização do cerrado brasileiro, sobretudo, com o desenvolvimento da “agricultura moderna”, surgiram também alguns novas cidades. Em alguns casos, conforme relata Peixinho (2002, p. [s. n.]),

essas cidades, que nascem dentro de um conceito de modernidade que o capitalismo engendra nesse processo de ocupação da fronteira, reproduzem uma característica das mais arcaicas do interior do Brasil, o poder de mando local. Esse mandonismo não se manifesta na figura de um coronel do interior, mas nos homens modernos, que constroem as suas próprias cidades.

É preciso avaliar que, a formação de cidades, em Goiás, está relacionada a uma dinâmica mais geral, que diz respeito por um lado, ao processo de formação e ocupação do território brasileiro e por outro, ao contexto específico do local, onde relações e atividades foram se desenvolvendo e imprimindo um caráter singular nos lugares. É necessário ainda considerar que a cada contexto econômico e político foram processadas dinâmicas específicas nas cidades, o que, faz com que haja no tempo, variações em relação as suas funções, formas e conteúdos.

A urbanização em Goiás se expressa na configuração de centros de pequeno e médio porte que desempenham funções variadas de acordo com a inserção do próprio município, estado e região na divisão territorial do trabalho (regional, nacional e internacional). Conforme pode ser observado por meio do mapa 1, a maior parte dos municípios em Goiás tem população urbana inferior 20 mil habitantes.

⁴ Fazendas tradicionais constituídas com base na “economia de abastança” ou de subsistência, com relações familiares e não assalariadas de produção (BERTRAND, 1988; CHAUL, 2002).



Mapa 1 – Goiás: municípios segundo população urbana, 2000.

Fonte: PNUD; IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2003.

Em Goiás, conforme dados do IBGE (2003), havia um total de 246 cidades (Tabela 1). A classe de cidade que apresentou maior crescimento relativo entre 1970 e 2000 foi a do grupo com mais de 20 mil habitantes, com incremento de 800 %. Apresentando inclusive redução no número absoluto e relativo dos núcleos com até 10.000 habitantes⁵.

Tabela 1 - **Estado de Goiás**: evolução do número de cidade, segundo o número de habitantes entre os anos de 1970 e 2000.

Classe por Números de Habitantes	Valores absolutos			Valores relativos		
	1970	1996	2000	1970/1996	1996/2000	1970/2000
Até 10.000	197	173	163	-12,10	-5,78	-17,25
De 10.001 - 20.000	19	27	38	42,10	40,74	100,00
Mais de 20.000	5	32	45	540,00	40,62	800,00
Total	221	232	246	6,03	6,03	11,31

Fonte: IBGE, 1970, 1996 e 2003. Organização: MELO, 2003

O crescimento registrado no número de cidades, com mais de 20 mil habitantes pode significar que houve, juntamente com aumento dos núcleos urbanos, ampliação no contingente populacional urbano. Apesar do aumento dos núcleos com mais de 20 mil habitantes é preciso considerar o que representa no contexto do estado, as cidades com até 20 mil habitantes. Do total de cidades, 201 têm até 20 mil habitantes, o que representa 81,70% dos núcleos urbanos do Estado de Goiás. Destes, 69 estão localizadas na mesorregião Sul Goiano, ou seja, 28% do total e 34% das cidades com até 20 mil habitantes de Goiás.

⁵ É preciso considerar o desmembramento do Estado de Goiás formando o território do Tocantins.

No tópico seguinte apresentam-se considerações sobre as condições sócio-ambientais das cidades com até 20 mil habitantes, localizadas na mesorregião Sul Goiano.

Pequenas cidades do sul de Goiás: uma imagem a partir das condições sócio-ambientais

As pequenas cidades localizadas na mesorregião Sul Goiano representam aproximadamente 86% do total de cidades e 39% da população urbana existente nesta mesorregião (Tabela 2). Este fato demonstra a expressividade desses núcleos na composição dessa área, apesar da maior parte da população urbana estar distribuída entre onze cidades com população superior a 20 mil habitantes (14% em relação ao total de cidades). O maior número de cidades de até 20 mil concentra-se numa faixa populacional superior a 5.000 e vai até o limite de 10.000 habitantes, tendo, na verdade, conforme demonstram os dados, o predomínio de cidades de porte inferior a 20 mil pessoas (Tabela 2).

Tabela 2 - **Mesorregião Sul Goiano:** cidades com até 20 mil habitantes, frequência do número de cidades e da população urbana, 2000

Classes de Cidades Segundo N. de Habitantes	Quantidade	Frequência N. de Cidades	Total População Urbana	Frequência da População Urbana na Mesorregião
Até 1.000	1	1,25	840	0,10
1.001- 5.000	46	57,50	122.080	13,85
5.001 – 10.000	13	16,25	93.278	10,59
10.001- 15.000	6	7,50	76.077	8,63
15.001 - 20.000	3	3,75	50.900	5,78
Até 20.000	69	86,25	343.175	38,95
Total da Mesorregião	80	100,00	881.151	83,27

Fonte: PNUD; IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.
Organização: MELO, N. A., 2004.

Selecionou-se dados sobre alguns equipamentos e serviços urbanos que podem proporcionar atividades culturais, lazer e comunicação, para fazer uma avaliação da dinâmica sócio/ambiental das cidades em estudo.

Verificou-se, portanto, que essas aglomerações são carentes em serviços e equipamentos urbanos que possibilitem estes tipos de atividades. Nenhuma delas tem, por exemplo, sala de cinema e, pouquíssimas, menos de 6% possuem emissora de rádio e apenas 23% contam com a presença de livraria.

Biblioteca pública é outro bem raro nesses lugares, menos de 50% das cidades possuem este equipamento que tem importância fundamental na formação educacional e sócio-cultural das pessoas (Gráfico 1).

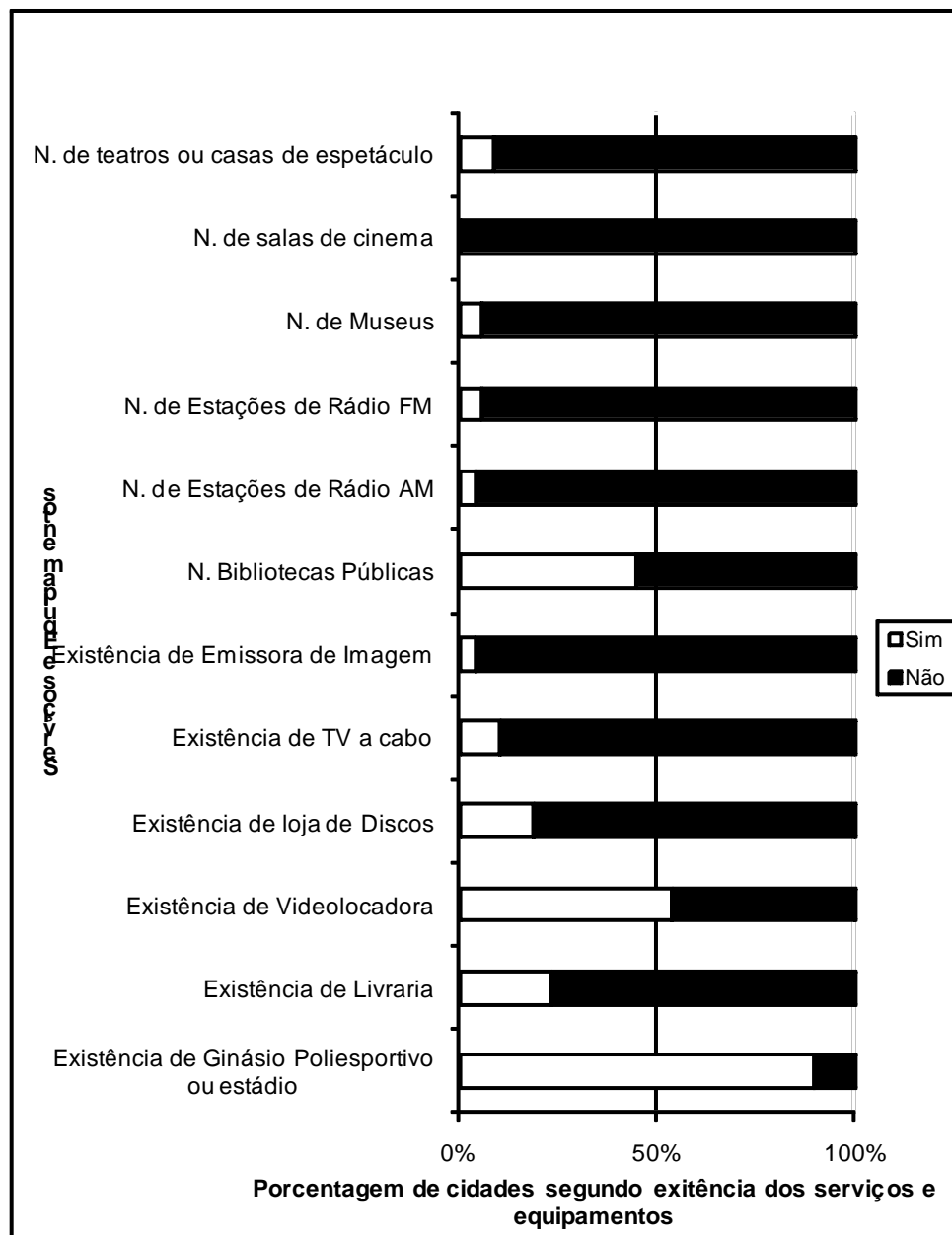


Gráfico 1 - Mesorregião Sul Goiano: serviços e equipamentos, 2002.

Fonte: BRASIL, Ministério das Cidades. Sistema Nacional de Indicadores Urbanos, 2002.

Organização: MELO, N. A. 2004.

A existência de lojas de discos também são raridades, apenas aproximadamente 20% das cidades contam com esse ramo da atividade comercial (Gráfico 1), porém, isso não significa que não exista, nesses locais, acesso aos diversos lançamentos musicais. Cabe aqui lembrar da teoria de Santos (1979) sobre o “os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos”. Os produtos musicais se fazem presentes nessas cidades, na sua maioria, por meio da “pirataria” e são vendidos nas feiras livres e nos camelôs. São, portanto, exemplos do “circuito inferior da economia urbana”, que, conforme Corrêa (1997), resulta indiretamente da modernização, é constituído por atividades que não utilizam capitais de modo intenso, atende, sobretudo às classes pobres e manifesta-se na escala espacial local e regional.

Ginásio poliesportivo ou estádio é o elemento mais comum, aproximadamente 90% das cidades têm pelo menos um, provavelmente é o principal espaço de atividades esportivas e de lazer (Gráfico 1). As cidades de Anhanguera, Jandaia, Porteirão, Portelândia, Professor Jamil, Rio Quente e Vianópolis, são as que não apresentam este equipamento, segundo os dados consultados.

Em relação ao índice de desenvolvimento humano (IDH)⁶, ao considerar a média aritmética dos dados municipais, observa-se que estes apresentam nível médio de desenvolvimento humano⁷ (Tabela 3). O índice máximo entre os municípios foi o de Chapadão do Céu (0,802), o qual se classificou como pertencente ao grupo de alto nível de desenvolvimento humano. O índice mais baixo foi registrado em Doverlândia (0,695), apesar de possuir índice elevado em relação ao indicador de educação (0,800).

A partir da mediana percebe-se que os dados dos municípios se distribuem num grupo que vai de 0,695 a 0,756 e em outro de 0,756 até 0,802. Portanto, não apresentou nenhum município na classe de baixo índice de desenvolvimento humano - assim como não teve outro, além de Chapadão do Céu, classificado como de alto índice de desenvolvimento humano.

Tabela 3 - **Mesorregião Sul Goiano**: municípios com população urbana de até 20 mil habitantes, síntese do índice de desenvolvimento humano (IDH –M), IDH renda e educação, 2000.

Descrição	IDH - municipal	IDH – Renda	IDH – Educação
Média	0,753	0,667	0,841
Mediana	0,756	0,668	0,840
Índice Máximo	0,802	0,781	0,915
Índice Mínimo	0,695	0,585	0,773

Fonte: BRASIL, Ministério das Cidades. Sistema Nacional de Indicadores Urbanos, 2002.
Organização: MELO, N. A., 2004.

Estão destacados, na tabela 3, índices referentes à renda e educação. Com referência ao primeiro, constatou-se índice médio de 0,667. A renda é o pior indicador nos municípios de pequeno porte. Verificou-se o menor índice de renda em Porteirão (0,585) e o índice máximo em Pontalina (0,781). Em relação à educação, a média aritmética indica alto índice (0,841), sendo o índice máximo (0,915), em Piracanjuba e o mínimo (0,733), em Itarumã.

Analisaram-se também dados sobre a condição dos domicílios nos municípios. Em média, 72% dos domicílios estão situados nas cidades. Porém, é preciso ressaltar o caso de Santa Cruz de Goiás que apresenta a menor taxa em relação ao conjunto dos dados, 30,99% (Tabela 4). Santa Cruz de Goiás tem um total de 3.470 habitantes, destes apenas 1.043 são residentes urbanos, insere-se, portanto, entre os três municípios com menor taxa de urbanização no Estado, ficando acima apenas de Flores de Goiás, que tem taxa de urbanização de 29,61% e Vila Propício com 26,41%.

Tabela 4 - **Mesorregião Sul Goiano**: municípios com população urbana de até 20 mil, síntese da condição dos domicílios particulares permanentes, 2000.

Síntese da condição domiciliar dos Municípios	Domicílios particulares permanentes - Valores percentuais (%)					
	Urbanos	Moradores na área urbana	Próprios e quitados	Próprios em quitação	Alugados	Outras formas
Taxa Média	72,53	73,23	62,89	1,57	12,20	23,34
Índice Máximo	97,66	97,98	76,41	9,73	23,31	40,14
Índice Mínimo	30,99	31,36	45,50	0,00	1,92	14,47
Taxa da Mediana	73,34	73,81	63,49	0,72	11,53	22,28

Fonte: BRASIL, Ministério das Cidades. Sistema Nacional de Indicadores Urbanos, 2002.
Organização: MELO, N. A., 2004.

Apesar do caso de Santa Cruz de Goiás, Cachoeira Dourada (46,95%), Orizona (49,96%), São Miguel do Passa Quatro (40,34%) e Silvânia (49,89%), que apresentam índices de domicílios urbanos menor que 50%, podemos afirmar que, em geral, o local de moradia da maior parte da população dos municípios considerados, é a cidade pois, a metade do grupo de dados analisados que está entre a taxa mediana e o índice mínimo, apresenta índice de domicílios urbanos superior a 50%. A outra metade do conjunto está entre 73 e 97%, aproximadamente.

⁶ É medido a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita) (IPEA, 2004).

⁷ IDH até 0,499: baixo nível de desenvolvimento humano; entre 0,500 e 0,799: nível médio de desenvolvimento humano; maior que 0,800: nível alto de desenvolvimento humano (IPEA, 2004).

Em relação à condição de domicílios próprios, alugados ou outras formas, percebe-se que mesmo se tratando de cidades pequenas, onde o processo de valorização imobiliária urbana, geralmente, não é muito intenso, com exceção para cidades localizadas em áreas turísticas, o acesso à moradia própria (taxa média de 62,89%), não é muito diferente de outros lugares, ou seja, é limitado. O índice máximo de domicílios permanentes próprios e quitados (76,41%), é registrado em São Miguel do Passa Quatro e o mínimo (45,50%), em Cristianópolis. Na classe de outras formas de condição de domicílios, onde foram agrupados os cedidos pelos proprietários e com forma não identificadas, é mais comum no conjunto dos dados o primeiro tipo, provavelmente, também tenha mais ocorrência no meio rural.

O lixo urbano é outro fator que gera problemas nas cidades e apesar de ser tema de inúmeros debates, não há, no caso brasileiro, uma política efetiva de controle da produção e destino dos resíduos. Existe, na verdade, programas isolados de coleta seletiva e reciclagem promovidos em muitos casos por ações de Organizações Não Governamentais (ONG's), cooperativas de catadores e empresas particulares, entre outros. O lixo, juntamente com o desemprego, a pobreza e a violência, fazem parte dos principais problemas urbanos. Rabinovitch (2000), constatou que as três principais dificuldades vivenciadas pelas cidades do mundo todo são, o desemprego em primeiro lugar, seguido pela questão do lixo e da pobreza urbana.

A problemática do lixo urbano nas pequenas cidades não é muito diferente do que ocorre, no geral, em todos os espaços. No cotidiano das pequenas cidades não é difícil perceber que a deposição de lixo em terrenos baldios e/ou nos córregos faz parte dos hábitos de um número considerável de moradores. Neste aspecto, julga-se como importante o desenvolvimento de projetos educativos para a difusão de novos hábitos em relação o meio ambiente urbano, onde a escola, a universidade, os meios de comunicação e outros seguimentos da sociedade organizada, não podem ficar a parte. Por outro lado, o Estado, enquanto órgão que, entre outras funções, exerce a de fiscalização, deve atuar com mais eficiência.

Observa-se, na área em estudo, que em média 71,21 % dos domicílios são servidos por coleta de lixo (Tabela 5), o que não significa um destino menos impactante. Dos problemas relacionados com o lixo urbano, também é o destino dos resíduos coletados. Vive-se na maioria das cidades a "ilusão" que o problema do lixo esta resolvido a partir do momento que este é coletado das portas das casas. Nas cidades analisadas não se encontrou nenhuma informação sobre programas de coleta seletiva e reciclagem de materiais. O destino mais comum é, portanto, o chamado 'lixão'.

Tabela 5 - **Mesorregião Sul Goiano**: municípios com cidades de até 20 mil habitantes, segundo acesso ao serviço de coleta de lixo, formas e destino, 2000

Acesso ao serviço de coleta de lixo, formas e destino, 2000	Valores percentuais			
	Média	Índice máximo	Índice mínimo	Mediana
Domicílios com acesso ao serviço de coleta de lixo	71,21	94,85	39,91	72,47
Domicílios onde o lixo é coletado diretamente	94,04	100,00	0,77	99,18
Domicílios nos quais o lixo é enterrado	2,35	9,21	0,00	1,89
Domicílios nos quais o lixo é jogado em rio, lago ou mar	0,09	0,75	0,00	0,05
Domicílios nos quais o lixo é jogado em terreno baldio ou logradouro	3,30	10,10	0,00	2,87
Domicílios nos quais o lixo é queimado	21,17	49,52	4,24	19,29
Domicílios onde o lixo é depositado em caçamba	5,96	99,23	0,00	0,82
Domicílios onde há outro destino	1,87	10,71	0,00	1,32

Fonte: BRASIL, Ministério das Cidades. Sistema Nacional de Indicadores Urbanos, 2002.
Organização: MELO, N. A. 2004.

A existência de casos em que menos de 50% dos domicílios não são servidos por coleta de lixo, como exemplo, São Miguel do Passa Quatro, com apenas aproximadamente 40%; Itarumã (49%); Palestina de Goiás (44%) e Santa Cruz de Goiás (41%), está ligada a baixa taxa dos domicílios urbanos na composição total dos domicílios dos municípios e conseqüente do baixo índice de urbanização, apesar de apresentarem mais de 50% de população urbana (porém menos de 60%), com exceção para São Miguel com aproximadamente 43% da população no núcleo urbano.

O saneamento básico é condição fundamental para a saúde humana. A existência deste tipo de serviço nas cidades influi diretamente na qualidade da vida urbana, pois o seu adequado funcionamento impede o desenvolvimento e a propagação de doenças e evita poluição do solo, da água entre outros. Os dados sobre o abastecimento de água, nos municípios em estudo, mostram que 67,40% dos domicílios têm acesso a este bem, pela rede geral e, aproximadamente 31% por perfuração de poço e utilização de nascentes (Tabela 6).

Tabela 6 - **Mesorregião Sul Goiano**: municípios com cidades de até 20 mil habitantes, condições de acesso à água, 2000.

Síntese	Domicílios particulares permanentes urbanos (%)	Rede Geral (%)	Poço ou nascente (%)	Outra forma de acesso (%)
Média	72,53	67,40	31,39	1,21
Índice Máximo	97,66	97,07	61,47	7,71
Índice Mínimo	30,99	38,42	2,49	0,00
Mediana	73,34	66,28	32,12	0,53
Total de domicílios				138.220

Fonte: BRASIL, Ministério das Cidades. Sistema Nacional de Indicadores Urbanos, 2002.
Organização: MELO, N. A., 2004.

Observa-se, em relação à instalação sanitária e esgotamento dos resíduos que a maioria dos domicílios tem banheiro ou sanitários, sendo a taxa mínima registrada de 66%. Porém, em média, apenas 10% estão ligados a rede geral de esgotamento (Tabela 7).

Tabela 7 - **Mesorregião Sul Goiano**: municípios com cidades de até 20 mil habitantes segundo a forma de esgotamento da instalação sanitária, 2000

Síntese	Forma de esgotamento da instalação sanitário – valores percentuais (%)						
	Com banheiro ou sanitário	Com banheiro ou sanitário e rede geral	Com banheiro ou sanitário e fossa séptica	Com banheiro ou sanitário e fossa rudimentar	Com banheiro ou sanitário ligado a uma vala	Com banheiro ou sanitário ligado a rio, lago ou mar	Com banheiro ou sanitário e outro tipo esgotamento
Média	94,26	10,01	8,82	77,20	1,14	1,23	1,60
Índice							
Máximo	99,20	88,89	78,89	99,17	9,59	19,79	14,28
Índice Mínimo	66,01	0,00	0,00	8,62	0,00	0,00	0,00
Mediana	95,36	0,67	3,38	86,97	0,76	0,50	1,09
Total de domicílios							138.220

Fonte: BRASIL, Ministério das Cidades. Sistema Nacional de Indicadores Urbanos, 2002.
Organização: MELO, N. A., 2004.

O número de domicílios cujo escoamento da instalação sanitária não está ligado à rede geral é superior a 50%, ficando a maioria dos domicílios abaixo da taxa média (10%). É, portanto, a fossa rudimentar a principal forma de esgotamento sanitário, atingindo, como exemplo, aproximadamente 99%, em Davinópolis, 97% em Santa Cruz de Goiás e Marzagão, 96% em Três Ranchos e Inaciolândia, 94 % em Ouvidor.

Os dados aqui apresentados e discutidos, apesar de não conterem um aprofundamento que permita a elaboração de diagnósticos, são suficientes para despertar a preocupação em relação ao meio ambiente urbano nas pequenas cidades e também o interesse em conhecer, de forma mais precisa, suas reais condições.

De acordo com Nascimento (2004, p. 3),

[...] ao contrário do que se imagina, as cidades pequenas apresentam, muitas vezes problemas ambientais e sociais típicos de cidades maiores, mas não na mesma extensão e intensidade. Entretanto, acredita-se que se pode evitar que elas trilhem os mesmos caminhos de “crescimento” e “desenvolvimento” das médias e grandes.

À medida que as pequenas cidades se tornarem alvo de pesquisas e de políticas sócio-ambientais efetivas, criar-se-ão condições para minimização dos impactos da ocupação humana, evitando que atinjam, no futuro, (com o crescimento demográfico) os problemas que já são comuns nos grandes centros urbanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário ressaltar que os problemas sócio-ambientais urbanos afetam cidades de diferentes portes e estão, em sua maioria, ligados ao modelo econômico adotado para o desenvolvimento da sociedade atual. Portanto, soluções concretas para a construção de uma “nova” e melhor condição ambiental passam por um repensar da própria base econômica e política da sociedade. Por outro lado, medidas importantes devem ser tomadas de imediato pelo poder público e pela sociedade tais como: a aplicação das leis que regulam o uso do solo urbano e dos recursos naturais; lutas e ações pela democratização da moradia de qualidade (sócio-ambiental); formações de movimentos educativos em prol de uma cidade com qualidade ambiental e uma prática efetiva e consciente do planejamento urbano.

É preciso ainda pensar em alternativas que respeitem a diversidade histórica, cultural, política e econômica do lugar e, nesse sentido, devem também atingir as pequenas cidades, tendo em vista o futuro da vida urbana nestas localidades, pois essas aglomerações são uma dimensão da sociedade, posto que seu espaço e tempo particular não estão dissociados das vicissitudes e problemas que atingem os grandes centros urbanos, mas expressam-se em proporções específicas.

Em relação à “representação” das pequenas cidades do sul de Goiás é importante ressaltar que não é possível construí-la com base apenas em dados estatísticos. É imprescindível considerar a inteiração entre dados estatísticos, realidade local, relações cotidianas, paisagem e uso, condições e características dos espaços.

Nesse sentido, a contribuição deste estudo inicial, é, portanto, a sistematização e análise de dados sobre as condições sociais e ambientais das cidades do sul de Goiás. Espera-se que este possa instigar outros estudos mais aprofundados sobre algumas dessas 69 cidades que procuramos sintetizar, pois, na verdade cada uma tem a sua especificidade (seu espaço e tempo), a sua precariedade e carência, seu zelo e desleixo.

REFERÊNCIAS

ALEGRE, M. Caracterização da rede de cidades nas unidades da federação: tipos de participação. In.: _____. **Aspectos do fato urbano no Brasil: análise quantitativa pelo método cartográfico**. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Unesp de Presidente Prudente, 1970.

BERTRAN, P. **Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília: CODEPLAN, Goiânia: Editora da UCG, 1988.

BITOUN, J. A política de saúde e as inovações na gestão local. **Cidadania é notícia**, Recife: Etapas, n. 4, abr./maio. 2000.

_____. Os embates entre as questões ambientais e sociais no urbano. **ANPUR. ANAIS**, 19 [...]. p. 1-8.

BRASIL. Ministério das cidades. **Sistema nacional de indicadores urbanos**. 2002.

CAMARANO, A. A.; BELTRÃO, K. I. **Distribuição espacial da população brasileira: mudanças na segunda metade deste século**. IPEA, Rio de Janeiro, 2000. Texto para discussão n. 766. <Disponível em: www.ipea.gov.br>. Acesso em: fev., 2005.

CHAUL, N. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. 2. ed., 1. reimpr. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

COELHO, M. C. N. Impactos ambientais em áreas urbanas – teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Orgs.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 19-46.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. Rede urbana e formação espacial: uma reflexão considerando o Brasil. **Revista Território**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 121-129, jan./jun. 2000.

_____. Reflexões sobre a dinâmica recente da rede urbana brasileira. In. ENCONTRO DA ANPUR, 9, 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2001, p. 424-431, 28 maio/jun. 2001.

_____. Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. **Cidades**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 65-78, 2004.

FARIA, V. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. In.: SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. T. de (Org.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 118-163.

GODOY, P. R. T.; BRAY, S. C. Considerações sobre o espaço urbano no Brasil. In: GERARDI, L. H. de O. (Org.). **Ambientes: estudos da geografia**. Rio Claro (SP): Programa de Pós-Graduação, UNESP. Associação de Geografia Teórica. 2003. p.185-200.

GOMES, H.; TEIXEIRA NETO, A. **Geografia: Goiás/Tocantins**. Goiânia: CEGRAF, UFG 1993.

GUZZO, P. Arborização urbana. Disponível em: <<http://www.educar.sc.usp.br/biologia/pronencias/arbor.htm>>. Acesso em jul. 2002.

IBGE. Dados demográficos. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: jul., 2003.

IPEA. 2004. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: 12 de jul., 2004.

LIMA, V. B. **Os Caminhos da Urbanização/Mineração em Goiás: o estudo de Catalão (1970-2000)**. 2003. 119 f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2003.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In ARANTES, Otília, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Vozes, Petrópolis (RJ), 2000.

MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. IPEA, Rio de Janeiro, 1994. Texto para discussão n. 329. <Disponível em: www.ipea.gov.br>. Acesso em: fev., 2005.

MELO, N. A. **Interação campo-cidade: o (re)ordenamento sócio-espacial de Jataí no período de 1970 a 2000**. 2003. 179 f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2003.

MOTTA, D. M. da; MUELLE, C. C.; TORRES, M. de O. **A dimensão urbana do desenvolvimento econômico-espacial brasileiro**. IPEA, Rio de Janeiro, 1997. Texto para discussão n. 530. <Disponível em: www.ipea.gov.br>. Acesso em: fev., 2005.

MUMFORD, L. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. Tradução de Neil R. da Silva. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

NASCIMENTO, M. A. do. **Planejamento ambiental para cidades pequenas: o caso de Perdões, MG**. 2004. 145 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Sociais, Rio Claro, 2004.

PALACIN, L. G; MORAES, M. A. S. **História de Goiás**. 6. edição. Goiânia: Ed. da UCG, 1994.

PEIXINHO 2002. A urbanização da fronteira agrícola: O Caso das cidades da soja nos estados de Mato Grosso e Goiás. Projeto de pesquisa. [mimeo.], 2002.

PNUD; IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. 2003.

RABINOVITCH, J. Como construir hoje o amanhã das cidades. **Veja**. Edição especial, São Paulo, ano 33, n. 52, p. 172-1175, 27 dez. 2000.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 54, p. 81-100, jun. 1977.

_____. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SANTOS, N. R. Z. dos; TEIXEIRA, Í. F. **Arborização de vias públicas: ambiente x vegetação**. Porto Alegre: Instituto Souza Cruz, 2001.

SCOPEL, I. et al. Evolução do uso da terra na microbacia do córrego do Açude, em Jataí (GO). **Boletim de Goiano de Geografia**. Goiânia (GO), v. 22, n. 2, p. 31-46, jul./dez. 2002.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In.: MARICATO, E. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa Omega, 1982. p. 21-36.

_____. **Econômica política da urbanização**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1989.

UNES, W. O esforço de interiorização do país e a construção de Goiânia. **História Revista**. Goiânia, v. 03, n. 1/2, p. 111-126, jan./dez. 1998.